

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Mesmo com o reconhecimento do ativo regulatório líquido², em dezembro de 2014, no montante de R\$ 270,5 milhões, a controlada AES Eletropaulo apresentou redução no Ebitda de 34,7%, ou R\$ 253,2 milhões em comparação a 2013. Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do Ebitda deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: prejuízo líquido em 2014 (R\$ 131,8 milhões) e lucro líquido em 2013 (R\$ 198,7 milhões), acrescidos dos tributos sobre o lucro (R\$ 64,6 milhões em 2014 e R\$ 111,4 milhões em 2013), das despesas financeiras líquidas em 2014 (R\$ 201,9 milhões) e das despesas financeiras líquidas em 2013 (R\$ 15,9 milhões) e das depreciações e amortizações (R\$ 470,5 milhões em 2014 e R\$ 435,6 milhões em 2013) totalizando, conforme acima, R\$ 476,1 milhões em 2014 e R\$ 729,3 milhões em 2013.

Remuneração aos Acionistas

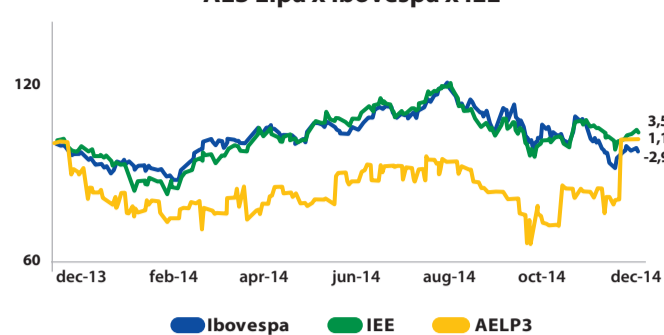
Em função do resultado negativo apresentado no ano de 2014 não há proposta de distribuição de dividendos.

Dividendos 2014 (R\$ Milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de Dezembro de 2014	(88,1)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	16,4
Dividendos e JSCP prescritos até 12/14	1,3
Ajuste por conta de dividendos e JSCP prescritos de controladas	1,9
Absorção de prejuízos com reservas de lucros	68,4
Constituição de Reserva Legal (5%)	-
Base para distribuição de dividendos	-
Dividendos intermediários já distribuídos	-
Juros sobre Capital Próprio já destinados	-
Dividendos complementares propostos	-
Destinação para Reserva Especial	-

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da AES Elpa (AELP3) encerraram 2014 cotadas a R\$ 9,34, uma alta de 1,1%, enquanto o Ibovespa desvalorizou 2,9% e o IEE (Índice de Energia Elétrica) registrou alta de 3,5%. A ação ordinária da Companhia foi negociada em 152 dos 248 pregões realizados na BM&FBovespa ao longo do ano. Os dados de liquidez mostram a realização de 705 negócios, envolvendo cerca de 0,46 milhões de ações ordinárias, com volume médio diário de R\$ 22,9 mil no mercado à vista. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado da AES Elpa era de R\$ 887,8 milhões.

AES Elpa x Ibovespa x IEE



Serviços de Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2014, a AES ELPA utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes do contrato desse serviço encontram-se abaixo: (i) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 10 de abril de 2014. O valor total do serviço descrito acima soma R\$ 10.495,00 (dez mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) e equivale a 40,59% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano. A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil. Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2015

1 Revisão Tarifária Periódica
 2 De acordo com a Orientação Técnica OCP/08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, e com a assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que garante à AES Eletropaulo indenização, quando da extinção da concessão, dos valores registrados na Conta de Compensação dos Valores de Itens de "Parcela A" - CVA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado		
	Notas	2014	2013	2014		2013	Notas	2014	2013	2014
CIRCULANTE					CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.664	55	182.924	Fornecedores	15	14	21	1.561.449	1.155.013
Investimentos de curto prazo	4	11.878	15.892	739.769	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	68.387	68.740
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	-	-	1.723.776	Debêntures	17	-	-	520.010	47.909
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	1.707	-	21.085	Arrendamento financeiro	17	-	-	2.958	4.066
Outros tributos compensáveis	6	-	-	110.520	Subvenções governamentais	18	-	-	2.478	1.408
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	33	-	20.159	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	13	19	19.131	26.415
Devedores diversos	9	-	7	1.997	Outros tributos a pagar	16	51	19	551.600	257.324
Contas a receber - acordos	8	-	-	99.911	Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	536	536
Outros créditos	9	-	4	229.834	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	190	3.292	4.048	61.863
Almozarifado	-	-	-	63.137	Obrigações estimadas	20	-	-	88.601	99.943
Despesas pagas antecipadamente	-	10	1	28.596	Obrigações sociais e trabalhistas	-	1	4	1.590	1.460
Ativo financeiro setorial, líquido	37	-	-	140.940	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	22	-	-	60.252	11.241
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		15.259	37.600	3.342.489	Provisão para processos judiciais e outros	21	-	-	168.108	191.472
NÃO CIRCULANTE				2.693.120	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	-	-	40.279	42.633
Outros tributos compensáveis	6	-	-	40.780	Outras obrigações	24	(1)	542	230.879	234.960
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	-	-	499.851	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		268	4.414	3.319.770	2.204.983
Cauções e depósitos vinculados	21	18.299	16.966	463.582	NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber - acordos	8	-	-	19.900	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	457.364	499.406
Outros créditos	9	3	-	81.578	Debêntures	17	-	-	2.014.161	2.116.453
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	1.980.753	Arrendamento financeiro	17	-	-	9.012	11.241
Ativo financeiro setorial, líquido	37	-	-	129.566	Subvenções governamentais	18	-	-	10.535	3.669
Investimento	12	789.294	871.858	8.769	Tributos e contribuições sociais diferidos	7	1.879	1.426	1.879	1.426
Imobilizado, líquido	13	95	95	11.195	Obrigações com entidade de previdência privada	19	-	-	2.818.793	2.553.170
Intangível	11/14	607.464	653.412	5.652.917	Provisão para processos judiciais e outros	21	18.299	16.966	317.806	332.373
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.415.155	1.542.331	8.888.845	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	-	-	15.731	14.004
					Obrigações estimadas	20	-	-	720	1.114
					Reserva de reversão	-	-	-	66.085	66.085
					Outras obrigações	24	-	-	11.042	63.314
					TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		20.178	18.392	5.723.128	5.662.255
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
					Capital social inscrito e integralizado	25.1	958.782	958.782	958.782	958.782
					Recursos destinados a futuro aumento de capital	33.1	429.200	429.200	429.200	429.200
					Reserva de capital					
					Reserva de lucros:					
					Reserva legal	25.3	95.375	95.375	95.375	95.375
					Reserva estatutária	25.3	44.738	125.137	44.738	125.137
					Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	25.4	(118.127)	(59.211)	(118.127)	(59.211)
					Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	7.842	-
					SUBTOTAL		1.409.968	1.557.125	1.409.968	1.557.125
					Participação de não controladores	-	-	-	1.778.514	1.957.602
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.409.968	1.557.125	3.188.482	3.514.727
					TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.430.414	1.579.931	12.231.380	11.381.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	2014	2013	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	-	-	10.557.279	9.012.207
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com Energia Elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	29	-	-	(7.212.156)	(5.045.555)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	29	-	-	(271.673)	(251.096)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	29	-	-	(396.083)	(517.026)
Taxa de fiscalização	-	-	-	(15.900)	(19.795)
Custo de Operação					
Pessoal e administradores		(168)	(342)	(678.928)	(506.873)
Entidade de previdência privada	19	-	-	(286.038)	(337.746)
Serviços de terceiros		(1.096)	(790)	(446.966)	(457.549)
Material		-	-	(42.886)	(46.209)
Custo de construção		-	-	(582.995)	(809.069)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	10	-	-	(80.580)	(16.925)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	-	-	-	(28.967)	(104.404)
Depreciação e amortização		(3)	(1)	(470.530)	(435.632)
Outros custos	30	458	(993)	(38.855)	(172.835)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(809)	(2.126)	(10.552.557)	(8.720.714)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		(809)	(2.126)	4.722	291.493
Resultado de equivalência patrimonial	12	(42.025)	61.367	-	-
Amortização de intangível da concessão	14	(45.946)	(45.946)	(45.946)	(45.946)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	31	2.475	1.815	331.123	399.887
Despesas financeiras	31	(1.345)	(1.003)	(506.227)	(365.870)
Variações cambiais, líquidas	31	-	-	(25.671)	(17.216)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		1.130	812	(200.775)	16.801
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(87.650)	14.107	(241.999)	262.348
Contribuição social	32	(13)	-	(23.804)	(25.641)
Imposto de renda	32	(47)	-	(61.964)	(67.070)
Contribuição social diferida	7 / 32	(120)	(90)	39.675	(5.046)
Imposto de renda diferido	7 / 32	(333)	(251)	110.208	(14.020)
TOTAL DOS TRIBUTOS		(513)	(341)	64.115	(111.777)
Resultado líquido das operações continuadas (PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(88.163)	13.766	(177.884)	150.571
Atribuído a sócios da empresa controladora		-	-	(88.163)	13.766
Atribuído a sócios não controladores		-	-	(89.721)	136.805
Quantidade ações ON (quantidade em milhares de ações)	25	95.061	95.061	95.061	95.061
(Prejuízo) Lucro por ação básico e diluído:					
Por ação Ordinária	27	(0,92744)	0,14481	(0,92744)	0,14481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	2014	2013	2014	2013
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(88.163)	13.766	(177.884)	150.571
Outros resultados abrangentes					
Ajuste de avaliação atuarial	19	(64.342)	461.413	(207.755)	1.489.871
Efeito de imposto de renda e contribuição social	7	21.877	(156.880)	70.637	(506.556)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DE IMPOSTOS		(130.628)	318.299	(315.002)	1.133.886
Atribuído a sócios da empresa controladora		-	-	(130.628)	318.299
Atribuído a sócios não controladores		-	-	(184.374)	815.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Atividades operacionais:				
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(88.163)	13.766	(88.163)	13.766
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:				
Depreciação e amortização	3	1	470.530	435.632
Variações monetárias e cambiais	-	-	(24.908)	(19.406)
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	(55.237)	(116.240)
Amortização do intangível da concessão	45.946	45.946	45.946	45.946
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	21	-	105.734	36.635
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	-	-	94.647	142.275
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	-	-	382.156	275.193
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 695	-	-	282.57	319.207
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(1.011)	(653)	(68.846)	(72.343)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	-	-	59.730	87.353
Ganho de capital na alienação de ativos	-	-	(157.974)	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	453	341	(149.893)	19.066

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Fndos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reserva de lucros										
	Notas	Capital social	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (Prejuízos) acumulados	Subtotal Controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)		958.782	429.200						1.243.785	1.185.052	2.428.837
Resultados abrangentes total:											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	13.766	13.766	136.805	150.571
Outros resultados abrangentes do exercício:											
Ajuste de avaliação atuarial		-	-	461.413	-	-	-	-	461.413	1.028.458	1.489.871
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial		-	-	(156.880)	-	-	-	-	(156.880)	(349.676)	(506.556)
Transações com os acionistas:											
Remuneração com base em ações	38	-	-	-	-	-	-	-	-	913	913
Dividendos intermediários declarados	26	-	-	-	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)	(5.000)
Dividendos declarados a acionistas não controladores	26	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.854)	(48.854)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas de controlada - prescritos	26	-	-	-	-	-	-	-	2.200	4.904	7.104
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	26	-	-	-	-	-	-	-	(2.159)	(2.159)	(2.159)
Dividendos excedentes ao mínimo obrigatório propostos	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(21.302)	-	-	-	21.302	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	7.242	-	-	-	(7.242)	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	1.391	-	-	(1.391)	-	-	-
Constituição de reserva estatutária	26	-	-	-	-	13.634	-	(13.634)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		958.782	429.200	(59.211)	95.375	125.137	7.842	-	1.557.125	1.957.602	3.514.727
Resultados abrangentes total:											
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(88.163)	(88.163)	(89.721)	(177.884)
Outros resultados abrangentes do exercício:											
Ajuste de avaliação atuarial		-	-	(64.342)	-	-	-	-	(64.342)	(143.413)	(207.755)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial		-	-	21.877	-	-	-	-	21.877	48.760	70.637
Transações com os acionistas:											
Remuneração com base em ações	38	-	-	-	-	-	-	-	-	993	993
Dividendos intermediários aprovados em RCA de 05.11.2014	26	-	-	-	-	(12.000)	-	-	(12.000)	-	(12.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas de controlada - prescritos	26	-	-	-	-	-	-	-	1.926	4.293	6.219
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos	26	-	-	-	-	-	-	-	1.387	1.387	2.774
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório propostos	26	-	-	-	-	-	-	-	(7.842)	-	(7.842)
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(24.927)	-	-	-	24.927	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	8.476	-	-	-	(8.476)	-	-	-
Absorção de prejuízo líquido do exercício com parte da reserva estatutária	26	-	-	-	-	(68.399)	-	80.399	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014		958.782	429.200	(118.127)	95.375	44.738	-	-	1.409.968	1.778.514	3.188.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A AES Elpa S.A. ("Companhia" ou "AES Elpa") está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. Controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, Sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Contexto operacional da controlada:

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"):

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia S.A. ("Brasileira"). A Brasileira por sua vez é uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A controlada Eletropaulo está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede de sua controlada Eletropaulo está localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A controlada Eletropaulo, conforme mencionado na nota explicativa nº 28, faturou com fornecimento de energia 37.827 GWh e 37.474 GWh nos exercícios fndos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, atendendo a aproximadamente 6,7 milhões de unidades consumidoras nos exercícios fndos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a controlada Eletropaulo passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente (vide nota explicativa 35.4 (b.4)).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 9 de fevereiro de 2015, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração. Com base na proposta do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais da controladora, identificadas como "Controladora" ou "Individuais", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A revisão de pronunciamentos técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37, CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Reclassificações no resultado financeiro

A Companhia e sua controlada Eletropaulo, para uma melhor apresentação, reclassificou as variações monetárias ativas e passivas para as rubricas de receita e despesa financeira, respectivamente, ficando apenas as variações cambiais em separado. Com o intuito de propiciar melhor comparabilidade das informações, a mesma reclassificação foi efetuada nas demonstrações do resultado e do valor adicionado referentes ao exercício de 2013. Todavia, os montantes reclassificados não são relevantes.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada Eletropaulo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia ou da controlada Eletropaulo, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de sua controlada Eletropaulo pela taxa de câmbio na data-base dos balanços.

2.4 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e de sua controlada Eletropaulo.

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício da empresa controlada.
- Ajuste da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada é apresentada no balanço patrimonial consolidado, como parte integrante do patrimônio líquido e na demonstração do resultado consolidada a parcela atribuível aos acionistas controladores e não controladores é apurada após o lucro líquido do exercício, conforme o caso. A seguinte controlada está apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Controlada	Atividade	Participação	
		2014	2013
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo")	Distribuição de energia elétrica	30,97%	30,97%

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições. Os principais ativos financeiros da Companhia e sua controlada Eletropaulo estão descritos abaixo. Por sua relevância, o ativo financeiro da concessão e o ativo financeiro setorial, líquido, estão descritos nas notas explicativa nºs 3.3 e 3.19, respectivamente.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aquelles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo". Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve nenhuma alteração no valor justo.

(b) Consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber (incluindo contas a receber de acordos)

A controlada Eletropaulo classifica os saldos de consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber, como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis". Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado"). Os recebíveis podem ser reduzidos por ajuste por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores futuros e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica. Incluem ainda os saldos referentes ao uso do sistema de distribuição por clientes livres e de energia vendida no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, demonstrada na nota explicativa nº 10, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão deduzidos às rubricas do ativo que as originaram - vide notas explicativas nºs 5, 6, 8 e 9. O critério utilizado atualmente pela controlada Eletropaulo para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

- Consumidores**
- Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
 - Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
 - Classe industrial e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

Serviços Prestados/Acordos/Outros Créditos

Os acordos de parcelamento de consumidores inadimplentes "Termo de Confissão de Dívida - TCD" são provisionados pelo seu valor total, independentemente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, e são revertidos quando da ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) recebimento do valor de cada parcela negociada, sendo a reversão proporcionalmente realizada de acordo com o valor recebido e (ii) o montante amortizado for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos, sendo a reversão total do valor ainda em aberto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também, análise individual de contas julgadas de difícil recebimento pela Administração.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito na rubrica de "Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa".

(d) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são analisados, em bases anuais, para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

(e) Baixa de ativos financeiros

A Companhia e sua controlada Eletropaulo baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro e quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia e sua controlada Eletropaulo mantém esse ativo financeiro e reconhece um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Almoarifado

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Estes estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de distribuição.

Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão da controlada Eletropaulo são classificados como intangíveis em curso.

3.3 Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível da concessão)

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis.

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios sobre o investimento realizado, os quais são incluídos na tarifa cobrada dos clientes da controlada Eletropaulo e seu montante inclui o custo de oportunidade do capital próprio e os custos de financiamento do ativo que as originaram - vide notas explicativas nºs 5, 6, 8 e 9.

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A controlada Eletropaulo possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a controlada Eletropaulo mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A controlada Eletropaulo entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a controlada Eletropaulo concluiu que naquelas datas não havia diferença entre essas taxas.

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da controlada Eletropaulo de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor.

A controlada Eletropaulo agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo intangível da concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados nos exercícios fndos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão apresentados na nota explicativa nº 31.

3.4 Imobilizado - arrendamento mercantil financeiro

De bens intangíveis a contratos de arrendamento mercantil cujo contrato, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia e sua controlada Eletropaulo (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia e sua controlada Eletropaulo em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor.

O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se existe um indicador de perda de valor recuperável, a Companhia e sua controlada Eletropaulo efetuam um teste de recuperação do valor contábil. A Companhia e sua controlada Eletropaulo não possuem ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação anual dos valores registrados.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia e sua controlada Eletropaulo consideram uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

3.6 Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia e sua controlada Eletropaulo são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e sua controlada Eletropaulo incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.7 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Conforme descrito na nota explicativa nº 35.2, a Companhia e sua controlada Eletropaulo classificam fornecedores, empréstimos e financiamentos, subvenções governamentais, encargos tarifários e do consumidor a recolher, e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

(a) Liquidação de passivos financeiros

A Companhia e sua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Rubricas de origem	Consolidado					
	Saldo inicial 31.12.2012	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2013
CIRCULANTE						
Consumidores - nota explicativa nº 5	(91.773)	(102.690)	22.778	-	110.234	(61.451)
Outros créditos - serviços prestados - nota explicativa nº 9	(1.554)	(4.593)	-	-	4.519	(1.628)
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(175.258)	(115.468)	102.763	-	44.262	(143.701)
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	(19.143)	(3.112)	27.771	(5.516)	-	-
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 6	(1.963)	-	534	-	-	(1.429)
Total	(289.691)	(225.863)	153.846	(5.516)	159.015	(208.209)
NÃO CIRCULANTE						
Contas a receber - acordos - nota explicativa nº 8	(27.527)	(4.251)	8.099	-	-	(23.679)
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	(37.050)	(1.762)	33.296	5.516	-	-
Total	(64.577)	(6.013)	41.395	5.516	-	(23.679)
Total geral	(354.268)	(231.876)	195.241	-	159.015	(231.888)

A Companhia e sua controlada Eletropaulo apresentam a seguir a movimentação e o efeito no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2014	2013
Provisões	(207.811)	(231.876)
Reversões	103.077	195.241
Receita com recuperação de perdas (*)	24.154	19.710
Despesa com PCLD	(80.580)	(16.925)

(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

11. Contratos de concessão público - privado

	Consolidado	
	2014	2013
Ativo financeiro		
Ativo financeiro da concessão	1.980.753	1.386.931
Intangível		
Ativo intangível da concessão - nota explicativa nº 14	5.045.454	5.722.928
Total contratos de concessão público - privado	7.026.207	7.109.859

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.197.056	(15.119)	1.181.937
Adições provenientes do ativo intangível em curso	97.287	-	97.287
Baixas	(8.533)	-	(8.533)
Atualização monetária - nota explicativa nº 31	-	116.240	116.240
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.285.810	101.121	1.386.931
Adições provenientes do ativo intangível em curso	555.458	-	555.458
Baixas	(16.873)	-	(16.873)
Atualização monetária - nota explicativa nº 31	-	55.237	55.237
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.824.395	156.358	1.980.753

Características do contrato de concessão da controlada Eletropaulo

Em 15 de junho de 1998, a controlada Eletropaulo e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a controlada Eletropaulo deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e a revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da controlada Eletropaulo não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

O término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da controlada Eletropaulo concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da controlada Eletropaulo ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12. Investimentos

Os investimentos da Companhia estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imóveis destinados a uso futuro	-	-	4.707	5.438
Participações societárias permanentes:				
Valor patrimonial	789.294	871.858	-	-
Outros	-	-	4.062	4.062
Total	789.294	871.858	8.769	9.500

	Controlada Eletropaulo	
	2014	2013
Quantidade total de ações do capital social		
Quantidade de participação:		
• Ordinárias	51.825.798	51.825.798
Capital social - 31.12.2013	1.257.629	1.257.629
Capital social - 31.12.2014	1.257.629	1.257.629
Percentual de participação - 31.12.2013	30,97%	30,97%
Percentual de participação - 31.12.2014	30,97%	30,97%
Percentual de participação em ações ordinárias- 31.12.2013	77,81%	77,81%
Percentual de participação em ações ordinárias- 31.12.2014	77,81%	77,81%
Mutação do patrimônio líquido da investida:		
Patrimônio líquido em 31.12.2013	2.829.462	2.829.462
Resultado do exercício	(131.747)	(131.747)
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	6.218	6.218
Remuneração com base em ações	993	993
Perda Atuarial (reconhecimento corredor)	(137.118)	(137.118)
Patrimônio líquido em 31.12.2014	2.567.808	2.567.808
Movimentação do investimento:		
		Controladora
Investimento avaliado pela equivalência em 31.12.2013		871.858
Resultado de equivalência patrimonial		(42.025)
Reversão de dividendos e JSCP prescritos de controladas		1.926
Perda Atuarial (reconhecimento corredor)		(42.465)
Investimento avaliado pela equivalência em 31.12.2014		789.294

A reserva de opções outorgadas que, em 31 de dezembro de 2014 montava a R\$ 19.203, poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation. Desta forma, o referido montante não afeta o cálculo do investimento com a controlada Eletropaulo.

13. Imobilizado

No grupo do ativo imobilizado são apresentados os bens que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

	Taxa média anual de depreciação	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Em serviço					
Custo histórico					
Terrenos	95	95	95	95	
Arrendamento financeiro	-	-	32.396	33.342	
Total custo histórico	95	95	32.491	33.437	
Depreciação					
Arrendamento financeiro	25,00%	-	(21.296)	(18.762)	
Total do ativo imobilizado	95	95	11.195	14.675	

Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento mercantil financeiro referem-se basicamente a veículos, equipamentos de informática e aluguel de edificações.

14. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis da controlada Eletropaulo é como segue:

	Controlada Eletropaulo	
	2014	2013
Ativo intangível da concessão		
Ativo intangível - custo - controlada Eletropaulo	6.895.634	7.262.325
Amortização acumulada	(1.850.180)	(1.539.397)
Total do ativo intangível da concessão	5.045.454	5.722.928

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a controlada Eletropaulo tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Em curso		Em serviço		Total do ativo intangível da concessão	Outros Intangíveis (**)	Total do Intangível
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	921.895	(189.486)	6.941.071	(678.138)	6.995.342	(1.238.140)	5.757.202
Adições	808.190	(240.927)	6.418	-	573.681	(469.761)	103.920
Baixas	-	-	(209.591)	180	(209.411)	130.652	(78.759)
Amortização de obrigações especiais/ outros	-	-	-	-	-	37.852	(45.944)
Transferências	(501.955)	141.057	343.601	(79.990)	(97.287)	-	(97.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.228.130	(289.356)	7.081.499	(757.948)	7.262.325	(1.539.397)	5.722.928
Adições	564.809	(148.014)	6.512	-	423.307	(510.515)	(87.208)
Baixas	-	-	(276.346)	41.806	(234.540)	157.210	(77.330)
Amortização de obrigações especiais/ outros	-	-	-	-	-	42.522	(45.948)
Transferências	(1.300.828)	68.980	713.184	(36.794)	(555.458)	-	(555.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	492.111	(368.390)	7.524.849	(752.936)	6.895.634	(1.850.180)	5.045.454

(*) A maior parte do valor refere-se à transferência das instalações de iluminação pública para os municípios, conforme procedimentos estabelecidos pela Resolução Normativa nº 480/2012, da ANEEL. A controlada Eletropaulo realizou a baixa do valor contábil e amortização acumulada destas instalações em contrapartida à baixa do valor de obrigações especiais e respectiva amortização.

(**) A Companhia possui ativo intangível da concessão, decorrente da aquisição de participação na controlada Eletropaulo que, anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade, estava classificado como ágio. A sua amortização é reconhecida linearmente pelo prazo de vigência da concessão.

15. Fornecedores

	Consolidado	
	2014	2013
CIRCULANTE		
Itaipu	234.128	212.179
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota explicativa nº 33	296.028	228.354
Contratos bilaterais - outros	-	146
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	189.652	107.885
Leilão - CCEAR	387.737	254.188
Energia livre - outros	74.549	67.297
Uso de rede básica	73.530	50.048
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	35.418	42.985
Conexão à rede básica	3.676	3.333
Transmissão	3.814	3.532
Uso do sistema de distribuição	1.043	1.337
Operador Nacional do Sistema - ONS	3.513	2.854
Subtotal	1.303.088	974.138
Materiais e serviços	254.502	178.782
Materiais e serviços - partes relacionadas - nota explicativa nº 33	3.859	2.093
Total	1.561.449	1.155.013

16. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social a pagar				
CIRCULANTE				
Imposto de renda	-	-	13.272	18.698
Contribuição social	13	-	5.859	7.717
Total	13	-	19.131	26.415

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outros tributos a pagar				
CIRCULANTE				
Tributos Federais				
PIS	8	-	10.137	7.064
COFINS	39	-	46.695	32.536
INSS	-	6	10.562	11.188
IRRF	1	5	566	640
Outros	5	7	1.176	1.251
Subtotal - Federais	20	18	69.136	52.679
Tributos Estaduais				
ICMS	-	-	255.434	197.544
ICMS - parcelamento (*)	-	-	226.128	-
ICMS - perdas comerciais	-	-	-	6.166
Subtotal - Estaduais	-	-	481.562	203.710
Tributos Municipais				
ISS	1	1	902	935
Subtotal - Municipais	1	1	902	935
Total - outros tributos a pagar	51	19	551.600	257.324

(*) O Governo de São Paulo aprovou os pedidos de parcelamento de ICMS solicitados pela controlada Eletropaulo no valor de R\$ 100.000 cada, relativos aos períodos de apuração de agosto, setembro e outubro de 2014, respectivamente, conforme previsto no Artigo 570 do Decreto nº 45.490/2000. A amortização é realizada em 12 parcelas mensais e consecutivas, com incidência de multa de 2% sobre o principal, acrescidos de juros de 1% ao mês. O saldo total de R\$ 226.128, registrado no balanço da controlada Eletropaulo, demonstra a posição consolidada em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo:

	Parcelamento	Valor consolidado	Juros	Amortizações	Saldo em 2014
ICMS		300.000	7.691	(81.563)	226.128

17. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

17.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

	Vencimento	Taxa efetiva (**)	2014					
			Circulante			Não circulante		
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar
Empréstimos e Financiamentos								
Moeda nacional:								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.7	2015	5,00	-	440	-	440	-	-
BNDES - FINAME - a.8	2016	8,70	8	1.528	-	1.536	637	-
FINEP (*) - a.9	2020	4,00	106	3.620	-	3.726	44.270	-
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.10	2019	CDI+2,41	5.904	60.000	(3.494)	62.410	420.000	(7.543)
Outros			275	-	-	275	-	-
Total			6.293	65.588	(3.494)	68.387	464.907	(7.543)
Debêntures								
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,98	11.039					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, concedeu à controlada Eletropaulo, créditos nos valores e datas demonstrados na tabela abaixo:

Data	Contrato	Liberações
26/05/2009	CFC - 2666	535
01/06/2010	CFC - 2666	2.600
25/06/2010	CFC - 2666	594
15/12/2011	CFC - 2666	455
Total		4.184

(a.8) BNDES - FINAME - Banco Itaú - em maio de 2011, a controlada Eletropaulo obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.583 para a compra de medidores, com carência de 24 meses para pagamento de principal.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINAME	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de junho de 2013)	Maio de 2016

(a.9) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - em 8 de fevereiro de 2012, a controlada Eletropaulo obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 37.096 para o financiamento de projetos de inovação. O montante total aprovado é liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 37.096.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINEP	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	Fevereiro de 2020

Em 7 de abril de 2014, a controlada Eletropaulo obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 96.748 com o objetivo de financiar o desenvolvimento de projetos. O montante total aprovado será liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 29.397.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
FINEP	TJLP + 5% (*)	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	Abril de 2024

(*) A taxa contratual é de TJLP + 5% ao ano, reduzidos pelo benefício de equalização, equivalente a 6% ao ano. O benefício de equalização está relacionado à adimplência e ao cumprimento do cronograma de desenvolvimento dos projetos, o que reduz a taxa efetiva para 4% ao ano. Esses contratos de financiamentos obtidos junto à instituição FINEP possuem como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação e desenvolvimento. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desses financiamentos é qualificado como uma subvenção governamental (vide nota explicativa nº 18).

(a.10) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento	
Bradesco (CCB's)	CDI + 1,50%	Semestrais	Anual	R\$ 30.000	Novembro de 2012
				R\$ 30.000	Novembro de 2013
				R\$ 60.000	Novembro de 2014
				R\$ 60.000	Novembro de 2015
				R\$ 120.000	Novembro de 2016
				R\$ 120.000	Novembro de 2017
				R\$ 60.000	Novembro de 2019

Com relação às Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelo Banco Bradesco S.A., os recursos foram utilizados pela controlada Eletropaulo para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

(a.11) Notas Promissórias - 1ª emissão - em 1º de julho de 2014, a controlada Eletropaulo concluiu a oferta pública de distribuição da 1ª emissão de notas promissórias comerciais, com esforços restritos de colocação, no montante total de R\$ 190.000.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
Notas Promissórias	CDI + 1,35%	No vencimento	R\$ 190.000	Dezembro de 2014

Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio desta emissão foram destinados integralmente para o reforço do capital de giro. Essa emissão teve validade de 180 dias e, em 29 de dezembro de 2014, a controlada Eletropaulo liquidou o montante de principal e juros.

(a.12) Arrendamento financeiro - os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de arrendamento financeiro, em 31 de dezembro de 2014, registrado pela controlada Eletropaulo era de R\$ 11.970 (R\$ 15.307 em 31 de dezembro de 2013) no passivo, e R\$ 11.100 (R\$ 14.580 em 31 de dezembro de 2013) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 11.100 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 14.580 em 31 de dezembro de 2013).

17.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

Moeda nacional	2014		2013	
	R\$	%	R\$	%
CDI	2.935.249	97,92	2.649.372	98,06
Taxa fixa	62.465	2,08	52.340	1,94
Total	2.997.714	100,00	2.701.712	100,00

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda nacional				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custo a amortizar	Total
2016	124.308	465.000	2.098	(14.983)	576.423
2017	126.946	355.000	1.439	(10.991)	472.394
2018	128.390	355.000	1.202	(7.399)	687.193
2019	68.851	260.000	1.058	(2.947)	326.962
2020	4.161	220.000	956	(1.422)	223.695
após 2020	12.251	180.000	2.259	(640)	193.870
	464.907	2.045.000	9.012	(38.382)	2.480.537

17.5 O principal indexador utilizado para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures teve a seguinte variação:

	2014	2013
	%	%
CDI (*)	11,57	9,77

(*) Índice do último dia do exercício

17.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívida é como segue:

Moeda nacional Instituições financeiras/credores	Saldo inicial 31.12.2013	Ingressos	Encargos financeiros	Pagamentos	Baixas	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais (*)	Saldo final 31.12.2014
FINEP	32.085	29.397	1.820	(7.370)	–	–	–	(7.936)	47.996
RELUZ - Eletrobrás - SBC	1.321	–	60	(941)	–	–	–	–	440
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	530.760	–	64.849	(124.507)	–	–	3.765	–	474.867
Arrendamento financeiro	15.307	–	1.617	(4.034)	(920)	–	–	–	11.970
Notas promissórias - 1ª emissão	–	190.000	11.679	(201.679)	–	(470)	470	–	–
Outros	275	–	3.304	(3.304)	–	–	–	–	275
Subtotal	583.453	219.397	83.577	(343.615)	(920)	(470)	4.235	(7.936)	537.721
Debêntures - 9ª Emissão	246.978	–	29.356	(27.483)	–	–	3.706	–	252.557
Debêntures - 11ª Emissão	200.145	–	24.809	(24.107)	–	–	739	–	201.586
Debêntures - 13ª Emissão	375.283	–	44.567	(63.785)	–	–	2.163	–	358.228
Debêntures - 14ª Emissão	593.117	–	72.880	(71.801)	–	–	1.431	–	595.627
Debêntures - 15ª Emissão	748.839	–	89.001	(85.647)	–	–	4.348	–	756.541
Debêntures - 16ª Emissão	–	350.000	19.907	–	–	(1.712)	1.437	–	369.632
Subtotal	2.164.362	350.000	280.520	(272.823)	–	(1.712)	13.824	–	2.534.171
Total	2.747.815	569.397	364.097	(616.438)	(920)	(2.182)	18.059	(7.936)	3.071.892
Moeda nacional Instituições financeiras/credores	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Encargos financeiros	Pagamentos	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais (*)	Saldo final 31.12.2013	
STN - Resolução nº 96/1993	31	–	–	1	(32)	–	–	–	
BNDES - FINAME	4.631	–	–	368	(1.294)	–	–	3.705	
FINEP	16.619	17.020	1.129	(1.104)	–	–	(1.579)	32.085	
RELUZ - Eletrobrás - SBC	2.202	–	–	118	(999)	–	–	1.321	
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	564.779	–	53.484	(82.223)	–	(8.550)	3.270	530.760	
Arrendamento financeiro	7.090	12.255	1.410	(5.448)	–	–	–	15.307	
Outros	275	–	3.304	(3.304)	–	–	–	275	
Subtotal	595.627	29.275	59.814	(94.404)	(8.550)	3.270	(1.579)	583.453	
Debêntures - 9ª Emissão	247.893	–	22.611	(20.832)	–	(5.750)	3.056	246.978	
Debêntures - 11ª Emissão	201.800	–	19.388	(18,586)	–	(3.000)	543	200.145	
Debêntures - 13ª Emissão	398.532	–	36.484	(55,570)	–	(6.000)	1.837	375.283	
Debêntures - 14ª Emissão	599.725	–	56.639	(55,332)	–	(9.000)	1.085	593.117	
Debêntures - 15ª Emissão	758.642	–	68.730	(64,429)	–	(17,250)	3.146	748.839	
Subtotal	2.206.592	–	203.852	(214.749)	(41.000)	9.667	–	2.164.362	
Total	2.802.219	29.275	263.666	(309.153)	(49.550)	12.937	(1.579)	2.747.815	

(*) Movimentação conforme nota explicativa nº 18.

17.7 Compromissos financeiros - "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada Eletropaulo pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados covenants financeiros em alguns contratos de dívida.

A Administração da controlada Eletropaulo mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes.
- Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado(*) sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser superior a 1,75 vezes.

Em 31 de dezembro de 2014, estes índices eram de:

- Dívida líquida/EBITDA ajustado = 2,5 vezes;
- EBITDA ajustado/despesa financeira = 4,1 vezes.

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2014, a controlada Eletropaulo estava em cumprimento dos termos dos covenants.

A controlada Eletropaulo também acompanha outros covenants qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2014 foram atendidos.

(*) EBITDA ajustado - significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificadas na conta de "custo de operação" e (iv) os ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não incluídos no resultado operacional acima.

18. Subvenções governamentais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a controlada Eletropaulo possui atualmente uma linha de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, o FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. A realização dessa subvenção governamental ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.

Essas subvenções governamentais foram recebidas para financiamento de projetos de inovação através do FINEP. Não existem condições ou contingências não cumpridas pela controlada Eletropaulo atreladas a essas subvenções.

As movimentações das subvenções governamentais são como segue:

	2014	2013
Saldo inicial	5.077	3.498
Recebidas	9.789	2.626
Baixas	(1.853)	(1.047)
Saldo final CIRCULANTE	13.013	5.077
NÃO CIRCULANTE	2.478	1.408
Total	10.535	3.669
	13.013	5.077

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, terão os seguintes prazos de realização:

	Subvenção governamental
2016	2.427
2017	2.265
2018	1.858
2019	1.397
2020	1.005
Após 2020	1.583
	10.535

19. Obrigações com entidade de previdência privada

A controlada Eletropaulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Eletropaulo.

A controlada Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é partilhado entre a controlada Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da controlada Eletropaulo. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Ao final do exercício de 2014 a controlada Eletropaulo procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram reavaliadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e passivos atuariais:

	Controlada Eletropaulo	
	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	10.078.792	9.789.505
Valor justo dos ativos do plano	(7.259.999)	(7.236.335)
Obrigações registradas	2.818.793	2.553.170

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego são demonstradas a seguir:

	Controlada Eletropaulo	
	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	9.789.505	12.489.418
Custo dos serviços correntes	15.066	25.079
Custo dos juros	1.049.523	1.027.181
Benefícios pagos	(896.615)	(812.155)
Contribuições dos empregados	6.270	6.028
Perda (Ganho) atuarial	115.043	(2.946.046)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	10.078.792	9.789.505

As movimentações do valor justo dos ativos do plano são demonstradas a seguir:

	Controlada Eletropaulo	
	2014	2013
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.236.335	8.526.610
Contribuição do empregador	224.649	255.173
Contribuições dos empregados	6.270	6.028
Perdas atuariais	(92.712)	(1.456.175)
Rendimento esperado dos ativos do plano	782.072	717.854
Benefícios pagos	(896.615)	(812.155)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.259.999	7.236.335

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	Controlada Eletropaulo	
--	------------------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O total de caucões e depósitos vinculados no montante de R\$ 463.582 (R\$ 492.304 em 31 de dezembro de 2013), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Processos prováveis	18.299	16.966	280.556	305.446
Processos possíveis	-	-	131.854	129.085
Processos remotos	-	-	51.172	57.773
Total	18.299	16.966	463.582	492.304

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Passivo			Passivo		
	Saldo inicial 31.12.2013	Saldo final 31.12.2014	Saldo inicial 31.12.2013	Ingressos	Atualizações	Saldo final 31.12.2014
Trabalhista	-	-	270.865	73.352	15.245	251.747
Plano cruzado - reajuste de tarifa	-	-	16.191	41	2.073	15.864
Processos cíveis	-	-	55.749	15.591	6.227	32.323
Processos regulatórios	-	-	54.294	7.373	6.091	58.479
Processos administrativos	-	-	-	-	-	-
- prefeituras	-	-	472	-	51	523
Processos fiscais	16.966	1.333	18.299	11.305	5.780	89.684
Meio ambiente	-	-	25.024	9.477	-	12.708
Outros	-	-	23.796	790	-	24.586
Total geral	16.966	1.333	18.299	117.929	35.467	485.914
CIRCULANTE	-	-	191.472	-	-	198.108
NAO CIRCULANTE	16.966	1.333	18.299	117.929	35.467	317.806
Total geral	16.966	1.333	18.299	117.929	35.467	485.914

	Controladora			Consolidado		
	Passivo			Passivo		
	Saldo inicial 31.12.2012	Saldo final 31.12.2013	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Atualizações	Saldo final 31.12.2013
Trabalhista	-	-	280.693	91.057	11.180	270.865
Plano cruzado - reajuste de tarifa	-	-	16.049	343	1.876	16.191
Processos cíveis	-	-	40.487	30.525	6.820	55.749
Processos regulatórios	-	-	68.935	13.400	5.390	54.294
Processos administrativos	-	-	-	-	-	-
- prefeituras	-	-	725	-	21	472
Processos fiscais	15.963	1.003	16.966	65.679	3.166	77.454
Meio ambiente	-	-	5.477	33.322	-	25.024
Outros	-	-	23.085	871	-	23.796
Total geral	15.963	1.003	16.966	180.320	28.453	523.845
CIRCULANTE	-	-	191.472	-	-	191.472
NAO CIRCULANTE	15.963	1.003	16.966	180.320	28.453	332.373
Total geral	15.963	1.003	16.966	180.320	28.453	523.845

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- a) **Trabalhista:** A controlada Eletropaulo é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 4.939 processos (5.011 processos em 31 de dezembro de 2013) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2020.
- b) **Plano cruzado - reajuste de tarifa:** Referem-se a processos movidos contra a controlada Eletropaulo por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelece o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 15.864 (R\$ 16.191 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos da controlada Eletropaulo estimam que os atuais processos serão concluídos até 2017.
- c) **Processos cíveis:** A controlada Eletropaulo está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e têm suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de dezembro de 2014 tais demandas respondem pela provisão de R\$ 32.323 (R\$ 55.749 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a controlada Eletropaulo figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 21.642 (R\$ 26.999 em 31 de dezembro de 2013).
Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da controlada Eletropaulo com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 10.681 (R\$ 28.750 em 31 de dezembro de 2013).
Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merecem destaque as demandas:

- (c.1) **Represa Guarapiranga**
Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada.
A decisão de mérito desfavorável à controlada Eletropaulo transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à primeira instância, tendo o Ministério Público requerido o cumprimento da sentença. Após determinação do juízo, a controlada Eletropaulo esclareceu que pretendia cumprir a condenação alternativa por meio de doação de área verde em zona de manancial ao Estado de São Paulo. Igualmente requereu que a EMAE, na qualidade de proprietária do imóvel, fosse intimada a ingressar no processo, para que seja cumprida a parte da decisão judicial que determinou as demolições, regularizações e plantios na área ocupada pela Associação Desportiva Cultural Eletropaulo.
- (c.2) **AIT Central**
Em 2 de fevereiro de 2000, a AIT - Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. ("AIT") ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização contra a controlada Eletropaulo, onde alega o descumprimento contratual por parte da mesma, que teria abandonado a execução contratual, pelo que requereu a rescisão do contrato, pagamento de multa, bem como o pagamento de indenização pelos danos sofridos (lucros cessantes e danos emergentes). Em 9 de abril de 2014, foi homologado judicialmente acordo firmado entre as partes para encerramento dessa ação, bem como da outra ação em que as partes litigam (AIT - Santo Amaro). Por meio do acordo, a controlada Eletropaulo pagou à AIT a quantia total de R\$ 25.000, dos quais R\$ 20.916 já se encontravam depositados judicialmente em razão de penhora. O pedido de desistência da AIT apresentado no processo que tramita em Santo Amaro foi homologado e o depósito judicial foi levantado pela AIT. Em 18 de junho de 2014, a controlada Eletropaulo efetuou o pagamento da diferença (cerca de R\$ 4.084). Na data de 31 de dezembro de 2014, o processo encontra-se encerrado.

- d) **Processos regulatórios:**
 - (d.1) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. Em 7 de novembro de 2013, em juízo de reconsideração, a ARSESP decidiu reduzir parcialmente o montante da penalidade aplicada para R\$ 16.939. A controlada Eletropaulo aguarda decisão de recurso ainda pendente de julgamento na ANEEL. Baseada em análises dos assessores legais, a controlada Eletropaulo decidiu ajustar o montante provisionado para R\$ 16.939, que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 23.167 (R\$ 20.888 em 31 de dezembro de 2013).
 - (d.2) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a Base de Remuneração Regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 18.259 (R\$ 16.463 em 31 de dezembro de 2013). A controlada Eletropaulo em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.
 - (d.3) A controlada Eletropaulo recebeu o Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória - Ativo Imobilizado em Serviço, no montante de R\$ 126.379. A Administração da controlada Eletropaulo, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 10.419 (R\$ 9.394 em 31 de dezembro de 2013). A controlada Eletropaulo em 2 de janeiro de 2013 apresentou recurso e aguarda julgamento da ANEEL.
 - (d.4) O conteúdo está envolvido em outros processos regulatórios, para os quais está provisionado o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 6.634 (R\$ 7.549 em 31 de dezembro de 2013). Estes processos referem-se a: (i) Termos de Notificações da COEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e (ii) Autos de Infração da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos regulatórios serão concluídos até 2015.

- e) **Processos Administrativos - prefeituras:** Existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A controlada Eletropaulo mantém provisão de R\$ 523 (R\$ 472 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos da controlada Eletropaulo estimam que os atuais processos serão concluídos até 2016.
- f) **Processos fiscais:**
 - (f.1) A Companhia possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma, registrou provisão no montante de R\$ 17.954 (R\$ 16.966 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2016.
 - (f.2) Existem processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destaca, no âmbito municipal, a existência de casos de IPTU, taxas e multas postais, enquanto no âmbito federal processos que versam sobre ILL, autuações relativas a INSS, bem como a incidência de IRPJ e CSLL sobre juros moratórios. A Administração da controlada Eletropaulo, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 31 de dezembro de 2014 montam R\$ 71.385 (R\$ 60.489 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da controlada Eletropaulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2021.
- g) **Processos ambientais:** Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da controlada Eletropaulo, por meio de processos administrativos próprios, levando a controlada Eletropaulo, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2014, tais demandas respondem pela provisão R\$ 12.708 (R\$ 25.024 em 31 de dezembro de 2013). A Administração da controlada Eletropaulo, estima que os atuais processos serão concluídos até 2016. Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea, conforme seguem:
 - (g.1) **Complexo Cambuci:** Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, foi assinado o compromisso de venda do imóvel, com a obrigação contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que deverá ser concluída em 2016. Em 2014 foram realizadas etapas de remediação e campanhas de monitoramento na área, as quais permitiram a assinatura da escritura pública de venda de imóvel, transferindo definitivamente a propriedade e posse. Em 2015, a Companhia estima pequenas ações ambientais a serem realizadas por solicitação da CETESB e novas campanhas de monitoramento.
 - (g.2) **Miguel Yunes:** Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente em data anterior à concessão), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A controlada Eletropaulo iniciou em fevereiro de 2014 a remoção e destinação do solo impactado com resíduos depositados na área com previsão de término em 2015.
 - (g.3) **Estações Transformadoras de Distribuição - ETD's:** A controlada Eletropaulo iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Novos processos foram abertos em 2013 em decorrência da ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos. Novas etapas de monitoramento ocorrerão em 2015.

21.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível
A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A controlada Eletropaulo está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000 para fins de divulgação.
A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e sua controlada Eletropaulo.

Notas	Controlada Eletropaulo	
	2014	2013
Controlada Eletropaulo		
21.2.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.554.811	1.434.214
21.2.2 Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
21.2.3 Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
21.2.4 Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
21.2.5 Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	55.408	56.154
21.2.6 Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAEE e ANDEC	Encerrado	Não determinado
21.2.7 Ação Popular - Maruzan Conrado	28.648	25.112
21.2.8 Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
21.2.9 AIT - Santo Amaro	Encerrado	114.480
21.2.10 Ação Civil Pública - City Boacava	Não determinado	Não determinado
21.2.11 Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
21.2.12 Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecedor	11.462	10.147
21.2.13 Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
21.2.14 Recolhimento do FGTS	112.902	105.247
21.2.15 PASEP - Suspensão de Exigibilidade	39.722	39.183
21.2.16 NFLDs - Execuções Fiscais	31.384	38.224
21.2.17 CSLL - Base Negativa	123.045	116.894
21.2.18 Execuções Fiscais Municipais - Diversas	88.300	53.460
21.2.19 PIS - Decretos nºs 2445/1988 e 2449/1988	49.394	49.394
21.2.20 PIS - Estatuto da Decadência	214.146	208.679
21.2.21 Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	3.009	Não determinado
21.2.22 FINSOCIAL	171.744	160.737
21.2.23 COFINS - Anistia	144.802	141.272
21.2.24 Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	51.894	41.666
21.2.25 COFINS - Multa de Ofício	221.631	-
21.2.26 PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	116.031	-
21.2.27 Devolução tarifária - Base Blindada	489.277	629.798
AES Elpa S.A.		
21.2.28 Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa	Não determinado	Não determinado

21.2.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986
Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eleticidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).
Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.
Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 4 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (controlada Eletropaulo), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.
Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da controlada Eletropaulo (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da controlada Eletropaulo de valor estimado de R\$ 1.554.811 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.434.214 em 31 de dezembro de 2013), quantia que representa a diferença entre o correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da controlada Eletropaulo e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela controlada Eletropaulo, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a controlada Eletropaulo não seria responsável pela qualificação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.
Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a controlada Eletropaulo de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a excluiu da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (controlada Eletropaulo, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, "Embargos de Declaração" e, em abril de 2007, "Embargos de Divergência" e "Recurso Extraordinário", sendo que todos os recursos foram decididos contra a controlada Eletropaulo.
Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a controlada Eletropaulo e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a controlada Eletropaulo apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.
No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de "Liquidação de Sentença por Arbitramento" perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a controlada Eletropaulo apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por parte da Eletrobrás, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (controlada Eletropaulo e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a Doutora Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a controlada Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela Doutora Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a controlada Eletropaulo apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela controlada Eletropaulo.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspensão do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela controlada Eletropaulo. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a controlada Eletropaulo tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a controlada Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela controlada Eletropaulo em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.
Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à controlada Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas apresentado pelas partes (Artigos e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador Carlos Santos de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ("Liminar"), acatando

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

fraudes, seja a controlada Eletropaulo obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Em 22 de setembro de 2010 foi publicada a sentença julgando parcialmente procedente a ação em 1ª instância. Após a interposição de recurso pelas partes, em novembro de 2012 foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dando parcial provimento ao recurso da controlada Eletropaulo, e negando provimento ao recurso do Autor. A controlada Eletropaulo apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra a referida decisão em 4 de abril de 2013. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 11.462, atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 10.147 em 31 de dezembro de 2013).

21.2.13 Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias
Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a controlada Eletropaulo objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex-proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela controlada Eletropaulo. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, e contra tal decisão a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, contra a sentença de mérito em 1ª instância que determinou o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) relativos a débitos de terceiros, o qual aguarda julgamento. Com relação ao cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial, em 9 de setembro de 2014, foi proferida decisão dando por encerrada a execução provisória requerida pelo Ministério Público Federal, para que fosse feita a identificação de consumidores que assinaram (TCD's). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

21.2.14 Recolhimento do FGTS - fundo de garantia por tempo de serviço
Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 no valor de R\$ 112.902 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 105.247 em 31 de dezembro de 2013). Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a controlada Eletropaulo ajuizou uma Ação Cautelar para, diante da apresentação de uma Carta de Fiança, suspender o débito até que o mérito da discussão seja julgado. Em setembro de 2014 foi proferida decisão de 1ª instância julgando parcialmente procedente o pedido (cancelamento parcial do débito em R\$ 15.458). Interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

21.2.15 PASEP - suspensão de exigibilidade
Em novembro de 2006 a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Cautelar a fim de suspender a exigibilidade dos débitos de PASEP no valor de R\$ 39.722 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 39.193 em 31 de dezembro de 2013) cobrado por meio do Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, o que foi concedido mediante a apresentação de Carta de Fiança. Tendo em vista a decisão desfavorável em 1ª Instância, a controlada Eletropaulo apresentou recurso, o qual ainda aguarda julgamento.

21.2.16 Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD's) - execuções fiscais
Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos Previdenciários (NFLD's) - Tratam-se de três Execuções Fiscais promovidas pelo INSS contra a controlada Eletropaulo, que totalizam o montante de R\$ 31.384 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 38.224 em 31 de dezembro de 2013). Em suma, as discussões versam sobre a possível incidência da Contribuição Previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Duas Execuções Fiscais tiveram decisão de 1ª instância desfavorável e no momento aguarda-se decisão de 2ª instância, a terceira aguarda-se decisão de 1ª instância.

21.2.17 CSL - base negativa
Em novembro de 2007, a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSL na exata proporcão do patrimônio líquido da empresa cindida. A controlada Eletropaulo insurge-se contra a aplicação desta regra, pois quer que seja rejeitada a proporção definida no protocolo de cisão, que é anterior à publicação da mencionada MP. A diferença entre os percentuais de saldo credor perfar o montante de R\$ 123.045 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 116.894 em 31 de dezembro de 2013). Atualmente, a controlada Eletropaulo conta com uma decisão favorável em 1ª Instância e aguarda o julgamento do recurso apresentado pela União. Apesar desta decisão, que suspende a exigibilidade do débito, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da controlada Eletropaulo exigindo valores de CSL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007. Em julho de 2012, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a controlada Eletropaulo. Foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão parcialmente favorável à controlada Eletropaulo. Diante do cenário, foi apresentado Embargos de Declaração, do qual aguarda-se decisão.

21.2.18 Execuções fiscais municipais - diversas
A controlada Eletropaulo possui diversas Execuções Fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, Multas Posturais e ISS. O total dos débitos classificados como perda possível é de R\$ 88.300 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 53.460 em 31 de dezembro de 2013). A maior parte deste montante (R\$ 76.559) refere-se a 7 Execuções Fiscais dos municípios de Itaipava e Jandira, onde são exigidas multas pela não apresentação de laudos técnicos para cada auto instalado no município.

21.2.19 PIS - Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988
Em julho de 2000, a controlada Eletropaulo ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Em maio de 2012, a controlada Eletropaulo obteve decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite cinco Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela controlada Eletropaulo em 2002. Como tais débitos foram compensados com os créditos já reconhecidos pela decisão definitiva mencionada acima, eventual exposição da controlada Eletropaulo cinge-se à multa de mora de 20% aplicáveis aos débitos compensados, o que perfaz o montante de R\$ 49.394. O montante não sofre atualização pois refere-se somente à multa de mora de 20%, aplicada sobre os débitos compensados de PIS.

21.2.20 PIS - Estatuto da decadência
Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos de PIS no valor de R\$ 214.146 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 208.679 em 31 de dezembro de 2013) decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP 1.407/1996. Em oposição a esta cobrança, a controlada Eletropaulo apresentou defesa sustentando a decadência do direito ao Fisco exigir estes valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do débito tributário, que teria tardado mais de cinco anos. Decisão de 1ª instância desfavorável, no momento aguarda-se decisão de 2ª instância.

21.2.21 Ação Civil Pública - restabelecimento de energia elétrica
O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a controlada Eletropaulo, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a controlada Eletropaulo apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a controlada Eletropaulo apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011, tendo o caso sido enviado à Justiça Federal após o ingresso da ANEEL no processo judicial. Em 20 de março de 2014, a ação foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância, condenando a controlada Eletropaulo ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 2.000, a ser revertido ao fundo de Fundo de Defesa de Direitos Difusos. A controlada Eletropaulo e a ANEEL apresentaram recurso a fim de afastar a condenação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$ 3.009, atualizado até 31 de dezembro de 2014.

21.2.22 FINSOCIAL
Em julho de 2012 a controlada Eletropaulo foi intimada por dois Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 171.744 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 160.737 em 31 de dezembro de 2013). Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a controlada Eletropaulo, da qual foi apresentado Recurso Voluntário. No momento, aguarda-se decisão sobre o recurso apresentado.

21.2.23 Cofins - anistia
Ação Judicial proposta pela controlada Eletropaulo em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei nº 9.779/1999. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 144.802 atualizado até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 141.272 em 31 de dezembro de 2013).

21.2.24 Ações Anulatórias - multas de trânsito
A controlada Eletropaulo é atualmente autora de 13 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutores correlatas. O valor total em discussão nas ações anulatórias atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 51.894 (R\$ 41.666 em 31 de dezembro de 2013).

21.2.25 Cofins - Multa de Ofício
Auto de infração lavrado para exigir crédito tributário relativo a COFINS (período de apuração compreendido entre abril de 1992 a março de 1993), acrescido de multa de ofício calculada no percentual de 100%, e juros com base na SELIC. No exclusivo entendimento da Receita Federal do Brasil, a multa de ofício se justifica pelo fato dos créditos de COFINS terem sido recolhidos por meio da Anistia Fiscal instituída pela MP 2.158/1999 (mencionada na nota 21.2.23) e não no prazo original do pagamento do tributo. Em 31 de outubro de 2011 foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável. Aguarda-se o julgamento do recurso especial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 221.631.

21.2.26 PIS Compensação Decretos (Créditos Remanescentes)
Em 8 de agosto de 2014, a controlada Eletropaulo foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em 8 de setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa, a qual se encontra pendente de julgamento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 116.031.

21.2.27 Devolução tarifária - Base blindada
Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da controlada Eletropaulo e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a controlada Eletropaulo para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para questão de saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM). A controlada Eletropaulo apresentou manifestação e em 17 de dezembro de 2013 a Diretoria da ANEEL, por meio do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626.052, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 ("Decisão"). Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a controlada Eletropaulo apresentou pedido de reconsideração administrativo ANEEL, requerendo ainda a suspensão e o cancelamento da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL. Em 28 de janeiro de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, negou o pedido da controlada Eletropaulo para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a controlada Eletropaulo interpôs, lambém em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração fosse julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014 foi deferida liminar em favor da controlada Eletropaulo suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgasse o pedido de reconsideração. Em 3 de fevereiro de 2014 foi nomeado o Diretor Relator do Pedido de Reconsideração interposto pela controlada Eletropaulo junto à ANEEL. Em 1º de julho de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria deliberou o pedido de reconsideração da controlada Eletropaulo sobre análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo antes da data da sua 3ª RTP (Processo nº 48500.006159/2012-75 - "Processo Específico"), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente e decidiu pela manutenção da decisão tomada em dezembro de 2013. Em 3 de julho de 2014 a ANEEL, mediante o Despacho ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, decidiu pela devolução de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 326.543 gerando um impacto de -3,30% no reajuste total de 2014. Na mesma data, a controlada Eletropaulo ingressou com o novo pedido de reconsideração, requerendo a revisão da decisão na parte em que não acolheu o pedido subsidiário de recálculo tarifário considerando o subdimensionamento de outros ativos de serviço existentes. Ainda, em 3 de julho de 2014, a controlada Eletropaulo requereu ao Juízo do Mandado de Segurança a extensão da medida liminar que havia suspendido os efeitos da Decisão proferida em dezembro de 2013 até o julgamento definitivo do novo pedido de reconsideração realizado pela controlada Eletropaulo no processo administrativo nº 48500.006159/2012-75. Em 9 de julho de 2014, o Juízo do Mandado de Segurança determinou a extensão da medida liminar deferida anteriormente até o julgamento final do novo pedido de reconsideração realizado pela controlada Eletropaulo no Processo nº 48500.006159/2012-75, restando desta forma suspensos os efeitos da decisão proferida pela ANEEL no dia 1º de julho de 2014. Em 16 de julho de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, monocriticamente, negou conhecimento ao novo pedido de reconsideração protocolado pela controlada Eletropaulo em 3 de julho de 2014, sob o fundamento de que a discussão na esfera administrativa se encontrava esaurida. Em 18 de julho de 2014, a controlada Eletropaulo interps recurso de reconsideração, alegando que o pedido de reconsideração deveria ser julgado pela Diretoria da ANEEL e que diante do fato do processo administrativo não estar concluído, a medida liminar obtida no Mandado de Segurança permanece surtindo seus efeitos. Em 12 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL negou provimento ao recurso de agravo da controlada Eletropaulo, confirmando o encerramento da discussão da matéria na esfera administrativa. Em 19 de agosto de 2014, a controlada Eletropaulo propôs perante a Justiça Federal de Brasília Ação Ordinária em face da ANEEL, com pedido de antecipação de tutela para sustar os efeitos do Despacho ANEEL nº 4.259/2013, confirmado pelo Despacho ANEEL nº 2.176/2014. A tutela antecipada foi indeferida. A controlada Eletropaulo interpôs recurso de Agravo de Instrumento ("Agravo") perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF1"). Em 9 de setembro de 2014, a controlada Eletropaulo obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014 até o julgamento do mérito do recurso. Em 25 de setembro de 2014, a ANEEL apresentou petição apontando dificuldades no cumprimento da medida liminar em razão da necessidade da observância de procedimento interno complexo e postulou a suspensão do cumprimento da decisão até o julgamento do Agravo. Em 6 de outubro de 2014, o Desembargador Relator não revogou a liminar favorável à controlada Eletropaulo, porém suspendeu o cumprimento da liminar até o julgamento do Agravo no TRF1. Portanto, a liminar permaneceu vigente e apenas o seu cumprimento foi suspenso. Em 13 de outubro de 2014, teve início o julgamento do Agravo, sendo proferido, inicialmente, voto favorável pelo Desembargador relator do Agravo e posteriormente o julgamento foi suspenso uma vez que o Desembargador revisor pediu vista dos autos. O julgamento prosseguirá com o voto do Desembargador revisor e mais um voto de outro Desembargador (o julgamento é realizado por três Desembargadores) em data ainda a ser definida. Em 18 de dezembro de 2014, os efeitos da liminar foram reestabelecidos pelo TRF1. Em 7 de janeiro de 2015, a ANEEL interpôs recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando suspender a liminar em vigor. Em 8 de janeiro de 2015, a ANEEL publicou o novo índice de Reajuste Tarifário, que exclui o componente financeiro de -3,30 p.p.. Em 16 de janeiro de 2015, Superior Tribunal de Justiça indeferiu o recurso da ANEEL. A controlada Eletropaulo, fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos e com base na liminar vigente, classifica o risco de perda como possível nesta discussão e entende que tem bons argumentos para sustentar as suas posições na esfera judicial, sendo certo que buscará ver o seu direito garantido ativamente. Baseada na análise jurídica do assunto e liminar vigente, conforme acima descrito, o passivo não foi constituído. Em 31 de dezembro de 2014, já considerando as restituições efetuadas aos consumidores no valor de R\$ 162.772, o valor atualizado remanescente da devolução tarifária em discussão é de R\$ 489.277 (R\$ 629.798 em 31 de dezembro de 2013). Conforme Resolução Homologatória da ANEEL 1.844, de 5 de janeiro de 2015, mantida a decisão judicial que determinou a exclusão da tarifa do componente financeiro negativo de 3,30%, os valores já restituídos aos consumidores de R\$ 162.772 deverão ser revertidos à controlada Eletropaulo no próximo evento tarifário 2015, atualizado pela variação do IGP-M. Finalmente, em 8 de janeiro de 2015 a controlada Eletropaulo recebeu o Termo de Notificação (TN) nº 73/2014 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira ("SFFF"), através do qual a ANEEL alega que a controlada Eletropaulo teria descumprido o item 6.3.22 - Provisões para Contingências, constante do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações posteriores. O referido TN determinou, ainda, que a controlada Eletropaulo processasse ao registro contábil em seus demonstrativos regulatórios do mês de dezembro de 2014, do montante do componente financeiro negativo de R\$ 626.052 e suas atualizações, correspondente à importância que a ANEEL, no âmbito administrativo, entendeu que deveria ser restituída aos consumidores da área de concessão da distribuidora. Para emitir as determinações mencionadas acima, a fiscalização utilizou como fundamento as normas contábeis acima apontadas e o entendimento exposto pela Procuradoria Federal da ANEEL nos Pareceres nº 622 e nº 623, ambos de 2013. Em 23 de janeiro de 2015 a controlada Eletropaulo, tempestivamente, protocolou Manifestação ao Termo de Notificação nº 73/2014, esclarecendo os pontos a seguir:

- A Administração da controlada Eletropaulo, com base em opinião de seus assessores legais, avaliou a probabilidade de perda da discussão como "possível".
 - Segundo as instruções do próprio Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, é a Administração da controlada Eletropaulo quem deve exercer seu julgamento com base em opinião de seus assessores legais e não com base na opinião da Procuradoria Federal da ANEEL.
 - Ainda segundo as instruções do próprio Manual, os casos avaliados como de perda possível devem ser apenas divulgados em notas explicativas, não sendo aplicável o seu registro como passivo.
- Tendo em vista os esclarecimentos acima, bem como seu entendimento quanto à correta aplicação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a controlada Eletropaulo solicitou o arquivamento do TN nº 73/2014, nos termos do artigo 20, §1º, da REN nº 63/2004.

21.2.28 Ação civil pública - improbidade administrativa
O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em 20 de julho de 2007 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a Companhia e a controladora Brasileira, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás, perante a Justiça Federal do Estado de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A.. Por conta de decisão liminar concedida em outubro de 2006 pelo Tribunal Regional Federal do Estado de São Paulo no recurso apresentado pela Companhia que visava, dentre outros pontos, a remessa do processo para a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, a ação civil pública foi suspensa em outubro de 2006, permanecendo em tal status até julho de 2009, ocasião em que sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da controladora Brasileira, restando determinada a remessa da ação civil pública para a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro. Em abril de 2012, a Primeira Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro decidiu pela manutenção da Companhia e da controladora Brasileira no polo passivo da Ação Civil Pública. Contra tal decisão foi apresentado o recurso competente, o qual aguarda julgamento. Paralelamente, em junho de 2012, as Companhias apresentaram suas defesas. Em dezembro de 2012, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal do Estado São Paulo para processar a referida ação civil pública, razão pela qual o processo foi remetido para São Paulo, onde foi retomado. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que sejam julgados todos os recursos de Agravo de Instrumento pendentes. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Cartas de fiança, seguros garantia e caução
Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Eletropaulo possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação abaixo:

	Quantidade			Valor	Taxa ao ano
Fiscal	41	2.089.039	0,38%	5.00%	
Cível	27	127.627	0,38%	6,33%	
Trabalhista	40	83.478	0,38%	2,00%	

22. Encargos tarifários e do consumidor a recolher

CIRCULANTE	Consolidado	
	2014	2013
	Conta de desenvolvimento energético - CDE	60.150
Outras encargos	1.531	159
Total	60.252	11.241

23. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

CIRCULANTE	Consolidado	
	2014	2013
	Pesquisa e desenvolvimento	26.142
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.531	1.413
Ministério de Minas e Energia	765	706
Eficiência energética	11.841	12.268
Subtotal	40.279	42.633
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento	15.679	13.967
Eficiência energética	41	37
Subtotal	15.731	14.004
Total	56.010	56.637

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética é como segue:

	Pesquisa e desenvolvimento	Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	Ministério das Minas e Energia	Eficiência Energética	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	45.097	1.618	809	26.404	73.928
Provisões	17.116	17.115	8.557	42.419	85.207
Pagamentos	—	(17.320)	(8.660)	—	(25.980)
Aplicações	(23.441)	—	—	(58.321)	(81.762)
Atualização monetária	3.441	—	—	1.803	5.244
Saldo em 31 de dezembro de 2013	42.213	1.413	706	12.305	56.637
Provisões	18.611	18.611	9.305	46.489	93.016
Pagamentos	—	(18.493)	(9.246)	—	(27.739)
Aplicações	(23.280)	—	—	(47.569)	(70.849)
Atualização monetária	4.288	—	—	657	4.945
Saldo em 31 de dezembro de 2014	41.832	1.531	765	11.882	56.010

24. Outras obrigações

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Devolução - Obrigações vinculadas à Concessão	—	—	41.280	38.746
Devolução - Diferença alíquota ICMS - Condomínios (*)	—	—	28.881	56.409
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	—	—	65.200	66.957
Empréstimo compulsório Eletrobrás	—	—	968	58
Recebimento em duplicidade de clientes	—	—	17.724	14.952
Programa baixa renda	—	—	3.834	5.513
Subsídios Eletrobrás - Diferença de repasse	—	—	3.170	—
Taxa de fiscalização - ANEEL	—	—	1.327	1.323
PIS/COFINS - Diferença de alíquota	—	—	11.824	688
Credores diversos	—	—	11.747	12.768
Ajuste de faturas - consumidores	—	—	20.298	17.093
Bônus Itaipu	—	—	3.634	3.684
Outras	—	—	20.994	20.769
Total	(1)	542	230.879	234.960
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamento relacionado a venda de bens (**)	—	—	2.940	57.245
Outras	—	—	8.102	6.069
Total	—	—	11.042	63.314

(*) ICMS arrecadado a maior a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia, por força de reequilíbrio de unidades consumidoras na classe comercial de áreas coletivas de conjuntos de prédios residenciais (condomínios), com consequente alteração da cobrança da alíquota de ICMS de 25% para 18%. O montante de R\$ 28.881 contempla além da diferença de alíquota de ICMS, devolução de tarifa de energia elétrica e PIS/COFINS. Cabe ressaltar que o valor do ICMS arrecadado a maior foi repassado ao Estado de São Paulo, o que gera para a controlada Eletropaulo um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior (vide nota explicativa nº 6).

(**) Em 23 de dezembro de 2014, a controlada Eletropaulo assinou a escritura pública de venda de imóvel situado no Cambuci, transferindo definitivamente a propriedade e posse para a compradora (GTIS Cambuci Empreendimentos e Participações Ltda.). Desta forma, os valores anteriormente registrados nesta rubrica como "adiantamento relacionado a venda de bens" que na data da assinatura montavam R\$ 81.818 foram reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compondo parte do ganho na alienação de bens e direitos - vide nota explicativa nº 30.

25. Patrimônio líquido

25.1 Capital social
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social autorizado da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 958.782, integralmente representado por 95.061.053, ações ordinárias nominativas, escriturais, e sem valor nominal (R\$ 958.782 representado por 95.061.053 ações em 31 de dezembro de 2013).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve emissão ou resgate de ações.

Composição acionária	2014		2013	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
	Quantidade	%	Quantidade	%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Repasse CDE - descontos na tarifa - vide nota explicativa nº 9.

(**) A controlada Eletropaulo reconheceu a receita de venda de energia no mercado de curto prazo referente aos meses de julho a dezembro de 2014. Os saldos a receber decorrente desta venda estão registrados na nota explicativa nº 5 e são liquidados financeiramente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

29. Custo do serviço de energia elétrica

	Consolidado			
	MWh		R\$	
	2014	2013	2014	2013

Energia elétrica comprada para revenda				
Itaipu	9.586.846	9.851.146	(1.278.850)	(1.199.895)
ANGRA 1 e 2	1.668.105	1.677.134	(252.885)	(227.532)
Contrato bilateral - AES Tietê - nota explicativa nº 33	11.107.680	11.107.680	(2.233.613)	(2.088.138)
Contrato bilateral - outros	-	44.933	(66)	(7.191)
Compra - CCEE	1.848.933	1.317.382	(1.301.525)	(400.274)
Compra - CCEAR	11.526.803	10.223.326	(3.426.326)	(2.019.736)
Cotas de garantia física	8.369.220	8.345.461	(213.831)	(225.088)
Risco hidrológico	-	-	(601.795)	(71.011)
(-) Repasse CDE - custo de energia (i)	-	-	111.146	669.095
(-) Repasse CONTA-ACR - custo de energia (ii)	-	-	1.185.748	-
(-) Ressarcimento - leilões de energia (v)	-	-	184.273	-
ICMS sobre perdas comerciais	-	-	4.752	(1.852)
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	610.798	528.067
Subtotal	44.107.587	42.567.062	(7.212.156)	(5.045.555)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	969.043	971.534	(271.673)	(251.096)
Total	45.076.630	43.538.596	(7.483.829)	(5.296.651)

	Consolidado			
	R\$			
	2014	2013	2014	2013

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição

Uso da rede básica
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (iii)
(-) Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER (iv)
(-) Repasse CDE - ESS - 420.313
Transporte de energia - Furnas/Itaipu (34.584) (31.946)
Operador Nacional do Sistema - ONS (23.787) (25.611)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (7.587) (9.474)
Conexão a Rede Básica - CTEEP (32.015) (27.018)
(-) Créditos de PIS/COFINS 36.374 62.943
Total (396.083) (517.026)

(i) **Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013**
Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, para cobrir custos decorrentes da (i) exposição no mercado de curto prazo limitado ao montante não atendido pela alocação de quotas, (ii) risco hidrológico das cotas e (iii) ESS - Encargo de Serviços do Sistema (despachos de usinas térmicas).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada Eletropaulo reconheceu como compensação de custos de energia, referente aos valores aportados pela CDE, um total de R\$ 111.146, e um custo de risco hidrológico de R\$ 28.890, perfazendo o montante líquido de R\$ 82.256, qual foi compensado na liquidação financeira ocorrida na CCEE referente à competência de janeiro de 2014.

(ii) **Decreto nº 8.221, de 2 de abril de 2014**
O Governo Federal fundamentado na Lei nº 12.783/2013 publicou em 2 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição involuntária no mercado de curto prazo, custos do despacho termoeletrico e risco hidrológico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE é a responsável pela gestão da CONTA-ACR.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada Eletropaulo reconheceu como compensação de custos de energia, referente aos valores aportados pela CONTA-ACR um total de R\$ 1.185.748, referente ao período de fevereiro a junho de 2014.

Com a implementação da Lei nº 12.783/2013 as concessionárias de geração que tiveram suas concessões renovadas, repassaram o custo do risco hidrológico para as distribuidoras de energia, proporcionalmente às cotas de energia atribuídas, bem como o custo da CFURH (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos). Ambos serão repassados ao consumidor via tarifa, nos processos de reajustes tarifários.

(iii) **Ajustes referente ao alívio retroativo**
O ajuste de alívio retroativo é um alívio financeiro dos Encargos de Serviços de Sistema (ESS) associados a todos os agentes com carga modelada na CCEE. Ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

(iv) **Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER**
A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A restituição se dará por meio de crédito aos usuários nas liquidações financeiras pela CCEE.

(v) **Ressarcimento - leilões de energia**
Conforme estabelecido no Despacho de Encerramento nº 4.786 da ANEEL, emitido em 11 de dezembro de 2014, a controlada Eletropaulo reclassificou, a partir de 31 de dezembro de 2014, os montantes referentes a ressarcimentos de leilões de energia da rubrica "Receita operacional líquida" para "Energia elétrica comprada para revenda".

Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013
A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termoeletricas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações - ABRACEL, APINE, ABRAGEL, ABRAGET, ÚNICA e ABEÓLICA - conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica efetuou as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre elas, as distribuidoras.

Em 31 de dezembro de 2014, a liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Desta forma a controlada Eletropaulo reconhece o custo de ESS energético de acordo com as liquidações financeiras da CCEE.

30. Outros custos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013

Ganhos na alienação de bens e direitos (*) - 171.969 8.914
Arrendamentos e alugueis (4) (3) (26.452) (25.516)
Seguros (19) (13) (3.509) (3.378)
Tributos (48) (2) (33.457) (28.188)
Doações, contribuições e subvenções - (47) (2.491) (2.788)
Tarifa bancária - - (43.644) (43.205)
Publicidade - (762) (6.922) (11.899)
Responsabilidade social - - (3.707) (4.064)
Perdas na desativação de bens e direitos - - (33.483) (41.279)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID - - (20.952) (19.334)
Baixa do ativo financeiro da concessão - - (18.873) (8.533)
Taxa de administração do plano - Fundação CESP (147) (91) (9.382) (9.322)
(-) Créditos de PIS/COFINS - - 1.310 1.223
Recuperação de despesas 676 - 9.804 19.992
Outros - (75) (21.066) (5.458)
Total 458 (993) (38.855) (172.835)

(*) Parte do ganho registrado nesta linha é decorrente da assinatura da escritura pública de venda de imóvel situado no Cambuci em 23 de dezembro de 2014, transferindo definitivamente a propriedade e posse da controlada Eletropaulo para a compradora, conforme descrito na nota explicativa nº 24.

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013

Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	1.027	699	76.621	79.523
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	-	-	65.936	69.625
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	-	-	50.608	54.398
Multas contratuais	-	-	5.197	5.159
Subvenções governamentais	-	-	1.853	1.047
Atualização do ativo financeiro da concessão - nota explicativa nº 11	-	-	55.237	116.240
Atualização de créditos tributários	-	-	981	6.351
Atualização monetária dos depósitos judiciais	1.333	1.003	32.685	31.810
Receita financeira da alienação de imóvel - nota explicativa nº 24	-	-	15.018	-
Outras receitas financeiras	115	113	26.987	35.734
Subtotal	2.475	1.815	331.123	399.887
Despesas financeiras				
Encargo de dívidas - empréstimos moeda nacional	-	-	(380.176)	(276.603)
Subvenções governamentais	-	-	(1.853)	(1.047)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	-	-	(4.945)	(5.244)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso (**)	-	-	3.621	9.690
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(9)	-	(3.690)	(6.988)
Processos regulatórios - nota explicativa nº 21	-	-	(9.663)	(13.505)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	-	-	(18.245)	(18.609)
Perda - dividendos	-	-	-	(9)
Cartas de fiança e seguros garantia	-	-	(22.705)	(19.902)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(1.333)	(1.003)	(33.842)	(1.003)
Atualização monetária - Energia livre	-	-	(7.252)	(5.032)
Outras despesas financeiras	(3)	-	(27.477)	(27.618)
Subtotal	(1.345)	(1.003)	(506.227)	(365.870)
Variações cambiais, líquidas				
Itaipu	-	-	(26.018)	(17.365)
Outras variações cambiais	-	-	347	149
Subtotal	-	-	(25.671)	(17.216)
Total do resultado financeiro	1.130	812	(200.775)	16.801

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A controlada Eletropaulo efetuou o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

(**) Os Juros foram capitalizados a uma taxa média de 13% ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (10% ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2013), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

32. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indutíveis e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:							
Correntes	(47)	(13)	-	-	(61.964)	(23.804)	(67.070)
Diferidos	(333)	(120)	(251)	(90)	110.208	39.675	(14.020)
Total	(380)	(133)	(251)	(90)	48.244	15.871	(81.090)

b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:

Resultado antes dos tributos	(87.650)	(87.650)	14.107	14.107	(241.999)	(241.999)	262.348	262.348
Adições (exclusões):								
Doações	-	-	-	-	3.741	3.741	4.815	4.815
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	-	-	-	-	3.034	3.034	3.241	3.241
Benefício fiscal P&D - pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(9.807)	(9.807)	(9.781)	(9.781)
Perdas indutíveis nas contas a receber	-	-	-	-	-	286	286	-
Perdas de capital - baixa de imobilizado	-	-	-	-	17.990	17.990	11.899	11.899
Multas indutíveis	-	-	-	-	1.203	1.203	8.000	8.000
Despesas indedutíveis	-	-	-	-	444	444	143	143
Resultado de equivalência patrimonial	42.025	42.025	(61.367)	(61.367)	-	-	-	-
Amortizações	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946	45.946
Outros	1.096	1.152	2.317	2.317	2.451	2.511	3.592	3.588
Total das adições (exclusões)	89.067	89.123	(13.104)	(13.104)	65.002	65.062	68.161	68.157
Base de cálculo	1.417	1.473	1.003	1.003	(176.997)	(176.937)	330.509	330.505
Base de cálculo	1.417	1.473	1.003	1.003	(176.997)	(176.937)	330.509	330.505
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	(354)	(133)	(251)	(90)	44.249	15.924	(82.627)	(29.745)
Incentivos	-	-	-	-	4.340	-	4.130	-
Compensação de base de cálculo	-	-	-	-	24	-	24	-
Ajuste IRPJ/CSLL - exercícios anteriores	(26)	-	-	-	(525)	(110)	-	-
Ajuste IRPJ/CSLL - exclusão P&D	-	-	-	-	156	57	(2.617)	(942)
Total da receita (despesa) com tributos	(380)	(133)	(251)	(90)	48.244	15.871	(81.090)	(30.687)
Alíquota efetiva					19,9%	6,6%	30,9%	11,7%

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 diferenças temporárias no montante de R\$ 1.333, registrando imposto de renda e contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 333 e R\$ 120, respectivamente. Adicionalmente a Companhia apresentou lucro fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, registrando imposto de renda e contribuição social correntes nos montantes de R\$ 21 e R\$ 13, respectivamente, além de R\$ 26 relativo a ajuste de imposto de renda de exercícios anteriores, perfazendo o montante de R\$ 47.

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo optaram pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC's), não gerando impactos de caixa.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 16 de setembro de 2013. Em 11 de novembro de 2013 foi emitida a

Medida Provisória nº 627, a qual foi convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 (publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2014). Todos esses normativos legais (i) alteraram a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; (ii) revogaram o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; (iii) trataram da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e (iv) definiram que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT - Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo, amparada pela posição de seus assessores externos, avaliou os possíveis impactos da aplicabilidade da legislação até o ano base de 2014 e não identificou efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis. Diante disso, a Companhia e sua controlada Eletropaulo optaram pela não aplicação dos efeitos da Lei nº 12.783/2014 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 75. Portanto, os impactos dessa legislação deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

33. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto e tem por objetivo exercer o controle direto, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A. (Tietê), AES Uruguiana Empreendimentos S.A. (Uruguiana S.A.) e AES Serviços TC Ltda. mediante participação direta no capital dessas sociedades.

33.1 Partes relacionadas:				
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013

ATIVO				
Outros créditos:				
Companhia Brasileira de Energia (iii)	-	-	218	193
AES Sul - outros créditos	-	-	2.759	2.759
AES Sul - sublocação (v)	-	-	14	9
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	-	-	16	4
AES Tietê - sublocação (v)	-	-	95	71
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber:				
AES Eletropaulo	-	20.159	-	-
	-	20.159	-	-
Devedores diversos:				
AES Serviços TC Ltda. - Atendimento lojas (vii)	-	-	362	-
	-	-	362	-
Total do ativo com partes relacionadas				
PASSIVO				
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:				
Companhia Brasileira de Energia	-	2.121	-</	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS									
31 de Dezembro de 2014 e 2013									
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)									

35.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

ATIVO (Circulante e não Circulante)	2014				2013			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

35.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia e sua controlada Eletropaulo contam com a Gerência de Práticas Contábeis e Controles Internos, que tem como principais atribuições, garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações contábeis, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo contam também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro áreas: operacional, financeira, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia e de sua controlada Eletropaulo, a segunda avalia as demonstrações contábeis, a terceira avalia os controles de segurança da informação e a quarta atua na investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia e de sua controlada Eletropaulo. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis e sua implementação devidamente acompanhada pela área de auditoria interna. Os principais controles que impactam as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada Eletropaulo são revistos a cada seis meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia e sua controlada elaboram um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva. Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados aos Conselhos de Administração e Fiscal para acompanhamento.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada Eletropaulo possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e sua controlada Eletropaulo incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

A controlada Eletropaulo está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a controlada Eletropaulo tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco rating inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% ou 25% do total da carteira por instituição financeira; (ii) Critério de Patrimônio Líquido (PL) da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira reecedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de 3% a 5% de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2014 é:

	Consolidado
	2014
Caixa e equivalentes de caixa	182.924
Investimentos de curto prazo	739.769
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.723.776
Contas a receber - acordos	119.811
Total da exposição	2.766.280

A Companhia e sua controlada Eletropaulo adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de possibilitar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e de sua controlada Eletropaulo, bem como a operacionalização e controle destas posições. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada Eletropaulo. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 17. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Consolidado				
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014					
Fornecedores	1.561.449	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	2.754	128.397	192.891	377.833	1.021
Debêntures	387.756	371.174	723.208	1.607.587	471.891
Arrendamento financeiro	819	2.139	2.098	3.699	3.215
Revisão tarifária do consumidor a recolher	60.252	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados	4.048	–	–	–	–
Total	2.017.078	501.710	918.197	1.989.119	476.127

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2014.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e sua controlada Eletropaulo não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia e sua controlada Eletropaulo controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e sua controlada Eletropaulo podem revisar as suas práticas de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e sua controlada Eletropaulo incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia e sua controlada Eletropaulo:

	Consolidado	
	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	525.751	568.146
Debêntures	2.534.171	2.164.362
Arrendamento financeiro	11.970	15.307
Caixa e equivalentes de caixa	(192.924)	(154.205)
Investimentos de curto prazo	(739.769)	(835.943)
Dívida líquida	2.149.199	1.757.707
Patrimônio líquido	3.188.482	3.514.727
Dívida líquida/Patrimônio líquido	67,41%	50,01%

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2014, 19,3% era de curto prazo (4,4% em 31 de dezembro de 2013) e o prazo médio era de 5,4 anos (6,1 anos em 31 de dezembro de 2013).

Riscos de taxas de juros

A controlada Eletropaulo possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 1,12% a 1,75% ao ano. Conseqüentemente, o resultado da controlada Eletropaulo é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada Eletropaulo foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2014.

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada Eletroaulo aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2014 é:

	Consolidado
	2014
Equivalentes de caixa	62.062
Investimentos de curto prazo	739.769
Empréstimos e financiamentos	(485.904)
Debêntures	(2.577.885)
Total da exposição líquida	(2.261.958)

Os montantes de empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima estão relacionados somente às dívidas indexadas ao CDI e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia e sua controlada Eletropaulo estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras - consolidado	Taxa de juros	Projeção despesas financeiras - 01 ano					
		Posição em 2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,24%	9,35%	12,47%	15,59%	18,71%
Equivalentes de caixa	CDI	62.062	3.873	5.803	7.739	9.675	11.612
Investimentos de curto prazo	CDI	739.769	46.162	69.168	92.248	115.330	136.411
Subtotal		801.831	50.035	74.971	99.988	125.005	150.023

Dividas - consolidado	Taxa de juros	Projeção despesas financeiras - 01 ano					
		Posição em 2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,24%	9,35%	12,47%	15,59%	18,71%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,12% ao ano	(261.039)	(19.395)	(27.604)	(35.840)	(44.075)	(52.311)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% ao ano	(204.090)	(16.530)	(22.988)	(29.467)	(33.946)	(42.425)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,50% ao ano	(365.645)	(28.643)	(40.185)	(51.765)	(63.344)	(74.923)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI+1,50% ao ano	(606.512)	(47.512)	(66.657)	(85.864)	(105.071)	(124.278)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI+1,24% ao ano	(770.692)	(58.244)	(82.510)	(106.854)	(131.197)	(155.541)
Debêntures - 16ª Emissão	CDI+1,60% ao ano	(369.907)	(29.370)	(41.058)	(52.784)	(64.510)	(76.235)
Bardesco (CCB's)	CDI+1,50% ao ano	(485.904)	(38.064)	(53.402)	(68.790)	(84.177)	(99.565)
Subtotal		(3.063.789)	(237.758)	(334.404)	(431.364)	(528.320)	(625.278)
Total da exposição líquida		(2.261.958)	(187.723)	(259.433)	(331.376)	(403.315)	(475.255)

Risco de moeda

A controlada Eletropaulo está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo financeiro setorial, líquido).

Risco de preço

Reajuste Tarifário de 2014

Em 3 de julho de 2014, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de 9,06%, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2014 sobre a tarifa homologada em 4 de julho de 2013. O índice de 9,06%, somado a outros dados financeiros do último período tarifário que são retirados no reajuste atual, resultou em um efeito médio de 18,66% a ser percebido pelos consumidores.

A ANEEL decidiu pela restituição de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543 gerando um impacto de -3,30% no reajuste total. Com relação ao ativo possivelmente inexistente e de acordo com a informação divulgada pela controlada Eletropaulo em Fato Relevante de 1º de julho de 2014, a controlada Eletropaulo vem tomando todas as medidas legais cabíveis para reverter a decisão da ANEEL.

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário 2014		
Parcela A	Encargos setoriais	1,61%
	Energia comprada	6,63%
	Encargos de transmissão	2,21%
	Parcela A	10,45%
Parcela B		1,60%
Reajuste econômico		12,04%
CVA total		2,67%
Outros itens financeiros da parcela A		1,73%
Ajuste financeiro da revisão tarifária de 2011		-4,08%
Impacto ativo passivo inexistente		-3,30%
Reajuste total		9,06%
Efeito para o consumidor		18,66%

Desta forma as Parcelas A e B da controlada Eletropaulo, após o Reajuste Tarifário de 2014, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A

A Parcela A foi reajustada em 14,08%, representando 10,45% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
Encargos Setoriais - Reajustados em 20,27% principalmente devido ao aumento da quota da CDE, representando 1,61% no reajuste econômico;
Energia Comprada - O aumento de 10,90% decorre principalmente do aumento do PLD que afeta o custo dos contratos de compra de energia por disponibilidade (térmicas), bem como pela maior participação deste tipo de contrato no portfólio da controlada Eletropaulo. O aumento da compra de energia representou 6,63% no reajuste econômico; e
Encargos de Transmissão - O aumento de 40,66% decorre das novas tarifas de transmissão publicadas pela ANEEL, representando 2,21% no reajuste econômico.

(ii) Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de 6,18%, que representa uma participação de 1,60% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 7,21%, no período de 12 meses findos em 30 de junho de 2014, e
- Fator X de 1,03%, composto por:
 - X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,03%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo;
 - X-Q (qualidade do serviço) de 0,00%, decorrente da evolução da qualidade do serviço prestado em 2013; e
 - X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo.

Reajuste Tarifário de 2014 - Atualização em cumprimento de liminar

Conforme descrito na nota explicativa nº 20.2.27, a ANEEL, em reunião pública da sua Diretoria, ocorrida em 5 de janeiro de 2015, definiu um novo índice de reajuste tarifário anual para a controlada Eletropaulo que exclui o componente financeiro de 50% das parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente no valor de R\$ 325.543.

O novo índice reflete liminar obtida pela controlada Eletropaulo suspendendo os efeitos da deliberação da ANEEL de 1º de julho de 2014 até que ocorra decisão final da ação judicial sobre a legalidade do recálculo retroativo das tarifas praticadas pela controlada Eletropaulo anteriormente à data da sua 3ª revisão tarifária periódica.

Com isso, a partir da data da publicação da Resolução Homologatória nº 1.844/2015, de 8 de janeiro de 2015, o novo índice de reajuste será impactado em +3,3 pontos percentuais, conforme segue:

Reajuste tarifário 2014		
Parcela A	Encargos setoriais	1,61%
	Energia comprada	6,63%
	Encargos de transmissão	2,21%
	Parcela A	10,45%
Parcela B		1,60%
Reajuste econômico		12,04%
CVA total		2,67%
Outros itens financeiros da parcela A		1,73%
Ajuste financeiro da revisão tarifária de 2011		-4,08%
Reajuste total		12,36%

O montante já restituído até a data da publicação da referida resolução será considerado como um componente financeiro positivo para a controlada Eletropaulo no próximo evento tarifário a ocorrer em 4 de julho de 2015.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da controlada Eletropaulo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da controlada Eletropaulo.

(c.2) Risco de aceleração de dívidas

A controlada Eletropaulo tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Eletropaulo estava em cumprimento dos termos dos covenants (vide nota explicativa nº 17.7).

(c.3) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2014 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da controlada Eletropaulo com a AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de distribuição.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação, há instrumentos previstos na regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia para contratação de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado ativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da realização de seu mercado de energia elétrica. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicadas em caso de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

O nível de contratação da controlada Eletropaulo é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A controlada Eletropaulo encerrou o ano de 2014 com um nível de contratação de 98,8%, implicando em exposição ao mercado de curto prazo.

A subcontratação de 2014 ocorreu devido ao cancelamento de contratos oriundos de leilões de energia nova (CCEAR's), à insuficiência de cotas decorrente da Lei nº 12.783/2013 e ao cancelamento dos Leilões A-0 de 2013 e A-0 de 2014. Sendo esta exposição contratual integralmente reconhecida pelo órgão regulador como involuntária, o que não gera prejuízo à controlada Eletropaul

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada Eletropaulo apresenta a seguir a composição do ativo financeiro setorial líquido por ciclo tarifário:

	Controlada Eletropaulo		
	2014		
	CVA		
	Período após 04.07.2013 até 03.07.2014	Período após 04.07.2014 até 03.07.2015	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO SETORIAL, LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.642	14.439	24.081
Conta de Consumo de Combustível - CCC	99	-	99
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(7.507)	(20.214)	(27.721)
Encargos do serviço do sistema - ESS	(68.089)	(219.172)	(287.261)
Transporte de energia - Itaipu	(24)	902	878
Transporte de energia pela rede básica	17.632	9.941	27.573
Compra de energia elétrica	240.184	614.870	855.054
Proinfa	5.675	86	5.761
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	78.707	-	78.707
Efeito Neutralidade	(5.024)	2.439	(2.585)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	5.107	(292.216)	(287.109)
Revisão Tarifária - Fator Xe	(55.366)	-	(55.366)
Postergação Revisão Tarifária 2011	(201.328)	-	(201.328)
Revisão Tarifária - Universalização	(2.220)	-	(2.220)
Outros componentes financeiros	(8.702)	21.079	12.377
Subtotal	8.786	132.154	140.940
NÃO CIRCULANTE			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	14.439	14.439
Transporte de energia pela rede básica	-	9.941	9.941
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(219.172)	(219.172)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	(20.214)	(20.214)
Proinfa	-	86	86
Compra de energia elétrica	-	612.281	612.281
Transporte de energia - Itaipu	-	902	902
Efeito Neutralidade	-	2.439	2.439
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	(292.216)	(292.216)
Outros componentes financeiros	-	21.079	21.079
Subtotal	-	129.566	129.566
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO SETORIAL, LÍQUIDO	8.786	261.720	270.506

elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 0,5% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela controlada Eletropaulo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, R\$ 78.299 (R\$ 81.634 em 31 de dezembro de 2013) foram registrados no resultado do exercício e R\$ 17.868 (R\$ 4.056 em 31 de dezembro de 2013) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE - Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

A controlada Eletropaulo em busca da excelência ambiental manteve em 2014 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2019. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos e comunicação.

39. Compromissos

O principal insumo da controlada Eletropaulo é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Eletropaulo possuía cinco tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027; (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) Cotas de Garantia Física - CCGF; (iv) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e (v) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 28). Adicionalmente, a controlada Eletropaulo incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 28).

A controlada Eletropaulo também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 27).

40. Eventos subsequentes

Bandeiras Tarifárias

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias, segundo a Resolução Normativa nº 547/2013 da ANEEL. O sistema possui três classificações de bandeiras que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: Condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: Condições de gerações menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 KWh consumidos.
- Bandeira vermelha: Condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 KWh consumidos.

O acionamento de cada bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica do país.

Segundo aditamento da 16ª Emissão de Debêntures

Em 16 de janeiro de 2015, foi celebrado o segundo aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 16ª Emissão de Debêntures da controlada Eletropaulo, por meio do qual foram alterados: (i) o prazo de vencimento das referidas debêntures, para 283 dias contados da data de emissão, vencendo-se tais debêntures, portanto, em 30 de abril de 2015 ("Data de Vencimento"); (ii) a remuneração das Debêntures, as quais passarão a fazer jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "Over Extra-Grupo", com base em um ano de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,60% ao ano desde a data de emissão até 17 de janeiro de 2015 ("Primeira Taxa"), e de 1,35% ao ano, com base em 252 dias úteis, a partir de 17 de janeiro de 2015 até a data do pagamento da remuneração ("Segunda Taxa"); e (iii) a periodicidade do pagamento da remuneração, passando a remuneração apurada com base na Primeira Taxa a ser paga em 17 de janeiro de 2015 e a remuneração apurada com base na Segunda Taxa a ser paga na Data de Vencimento.

17ª Emissão de Debêntures

Em 16 de janeiro de 2015, foi concluída oferta pública de distribuição da 17ª emissão de debêntures simples da controlada Eletropaulo, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, em duas séries ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, tendo sido emitidas 19.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10, sendo 10.000 debêntures da primeira série e 9.000 debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R\$ 190.000, com prazo de vencimento de 6 meses para as debêntures da primeira série e de 24 meses para as debêntures da segunda série, contados da data de emissão, qual seja 15 de janeiro de 2015. As Debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "Over Extra-Grupo", com base em um ano de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 1,35% ao ano para as debêntures da primeira série e de 1,90% ao ano para as debêntures da segunda série. Os recursos líquidos obtidos pela controlada Eletropaulo por meio da emissão serão destinados para o reforço do seu capital de giro e refinanciamento de dívidas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Jose Morandi Lopez
Presidente do Conselho

Britaldo Pedrosa Soares
Vice-Presidente do Conselho

Manuel Francisco Pérez Dubuc
Antonio Carlos de Oliveira

Arminio Francisco Borjas Herrera
Sidney Simonaggio

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Francisco Luiz Scagliusi

DIRETORIA

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

Marcelo Antonio de Jesus
Diretor de Controladoria e Planejamento Tributário
Mario Shinzato
Contador - CRC 1SP-151004/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Elpa S.A.

Barueri - São Paulo
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Elpa S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Elpa S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da AES Elpa S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES Elpa S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Barueri, 09 de fevereiro de 2015
Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor



Pelo segundo ano consecutivo, a AES Eletropaulo conquista o Troféu Transparência.

Um reconhecimento concedido pelas melhores práticas contábeis e o conjunto de informações mais objetivas para o mercado.